

ANÁLISE DAS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS CHINA – MERCOSUL PÓS 2003

Rafael Bernardo Silveira¹

Resumo: Tendo como base o processo de industrialização promovido após a Revolução de 1949, o desenvolvimento econômico e social chinês ao longo dos últimos quarenta anos é um fenômeno extraordinário. A China apresentou crescimento médio do Produto Interno Bruto em tal período de aproximadamente 9,5% a.a., se postando como o principal parceiro econômico de inúmeros países e blocos. O Mercosul, por sua vez, passou por mudança conceitual ao longo da primeira década e meia do século XXI, tendo ampliado sua base e fortalecido as relações com o Sul geopolítico, em especial com a China. Nesse sentido, este trabalho busca analisar o avanço das relações geoeconômicas da China com Mercosul a partir do ano de 2003 até os dias atuais.

Palavras-chave: China. Mercosul. Geoeconomia. Geopolítica. Relações internacionais.

ANÁLISIS DE LAS RELACIONES GEOECONÓMICAS CHINA - MERCOSUR POST 2003

Resumen: Basado en el proceso de industrialización impulsado después de la Revolución de 1949, el desarrollo económico y social de China en los últimos cuarenta años es un fenómeno extraordinario. China presentó un crecimiento promedio del Producto Interno Bruto en este período de aproximadamente 9,5% anual, posicionándose como el principal socio económico de numerosos países y bloques. El Mercosur, por su parte, experimentó un cambio conceptual durante la primera década y media del siglo XXI, habiendo ampliado su base y fortalecido las relaciones con el Sur geopolítico, especialmente con China. En ese sentido, este trabajo busca analizar el avance de las relaciones geoeconómicas de China con el Mercosur desde el año 2003 hasta la actualidad.

Palabras clave: China. Mercosur. Geoeconomía. Geopolítica. Relaciones Internacionales.

ANALYSIS OF GEOECONOMIC RELATIONS CHINA – MERCOSUR POST 2003

Abstract: Based on the industrialization process promoted after the 1949 Revolution, Chinese economic and social development over the last forty years is an extraordinary phenomenon. China presented an average growth of the Gross Domestic Product in this period of approximately 9.5% p.a., positioning itself as the main economic partner of numerous countries and blocs. Mercosur, in turn, underwent a conceptual change over the first decade and a half of the 21st century, having expanded its base and strengthened relations with the geopolitical South, especially with China. In this sense, this work seeks to analyze the advance of China's geoeconomics relations with Mercosur from the year 2003 to the present day.

Keywords: China. Mercosur. Geoeconomics. Geopolitics. International relations.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Campus Rio do Sul, Rio do Sul, Brasil, rafael.silveira@ifc.edu.br, <https://orcid.org/0000-0002-0485-3460>.

Introdução

A atual organização institucional do Estado chinês, sob a denominação de República Popular da China, tem sua origem com a vitória da Revolução de 1949 sob a liderança do Partido Comunista Chinês – PCCh.

A industrialização que se seguiu durante o maoísmo foi extraordinária, tendo possibilitado um crescimento econômico exponencial nas primeiras décadas pós 1949, com a fatia da indústria no produto nacional avançando gradativamente sobre os demais setores.

Por meio das reformas que a partir de 1978 reintroduziram a milenar característica mercantil da cultura chinesa e promoveram inovações institucionais, o país iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico ainda em curso, sem, entretanto, renunciar à gestão centralizada do poder político por meio do Partido Comunista Chinês. Destarte as reformas terem permitido o surgimento de milionários e bilionários na China, a estes não foi permitida sua organização enquanto classe e ainda menos enquanto detentores do poder político ou das estruturas estatais. O Estado e o PCCh se mantiveram enquanto condutores do processo político.

Como resultado de tais avanços, a China alcançou em números absolutos o posto de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos EUA, e quando analisado através da Paridade de Poder de Compra já superou este.

Ao mesmo tempo em que promoveu o desenvolvimento econômico, teve a capacidade de criar uma classe média de aproximadamente 500 milhões de pessoas e retirar da pobreza extrema outros 800 milhões. Por meio da diplomacia comercial, a China se posicionou como o principal mercado fornecedor e consumidor de uma infinidade de produtos. Dentro desse processo, sua inserção geoeconômica e geopolítica no Mercosul tem crescido consistentemente.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um projeto de integração regional conformado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual posteriormente se incorporaram a Venezuela e a Bolívia.

Historicamente, tais nações possuem formações socioespaciais heterogêneas: população absoluta e composição étnica; posição espacial e acesso ou não aos oceanos Atlântico e Pacífico; relevo e riquezas minerais; assimetrias econômicas quantitativas e qualitativas; influência política regional e mundial, dentre outras. Apesar de tais diferenças, esse conjunto de nações buscou desde meados dos anos 1980 promover uma integração econômica, que a partir das mudanças de governos da região no início dos anos 2000, avançaria para um projeto de integração social e geopolítico mais amplo, buscando extrapolar o mero elemento econômico-comercial.

A institucionalização do Mercosul decorreu como aprofundamento do processo de integração entre Argentina e Brasil iniciado no ano de 1984 e que seria formalizado enquanto bloco por meio do Tratado para a Constituição de um Mercado Comum, ou apenas Tratado de Assunção, firmado em 1991.

A virada do século XX para XXI trouxe consigo a chegada ao poder dos presidentes Lula da Silva (Brasil) e Nestor Kirchner (Argentina), ambos empossados no ano 2003, o que promoveria uma viragem na linha política do bloco. Como uma das consequências, o processo de aprofundamento das relações do Mercosul e a busca por relações do Sul geopolítico levou a expansão e intensificação da integração do Mercosul, com a adesão de todos os demais países da América do Sul à condição de Estados associados e a formalização da Venezuela (2012)² e Bolívia (2015)³ à condição de Estados partes (SILVEIRA, 2021).

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é analisar o avanço das relações geoeconômicas que se desenvolvem entre a China e o Mercosul a partir do ano de 2003, recorte temporal em que há simultaneamente o lançamento do “novo” Mercosul pelos governos progressistas da região e o avanço da China enquanto potência econômica mundial.

O desenvolvimento deste artigo decorreu através de trabalho teórico, utilizando-se dos procedimentos de investigação de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, possibilitando dessa forma uma revisão da literatura existente de qualidade e de forma abrangente, dentro das limitações impostas a um trabalho teórico. Assim, quanto aos procedimentos adotados, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental. Almeida (2011) diferencia as duas quanto ao tipo de tratamento analítico recebido. A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir

² A República Bolivariana da Venezuela encontra-se, desde o ano de 2016, suspensa do bloco.

³ O Estado Plurinacional da Bolívia encontra-se na fase final de adesão enquanto Estado parte.

de material já publicado, tais como livros, artigos, periódicos, internet e outros. Já a pesquisa documental está baseada em material que ainda não recebeu tratamento analítico.

Realizada a recolha das informações, o material foi tratado seguindo a sequência: contextualização das variadas fontes – análise do material captado – síntese– considerações do autor.

Para além desta introdução, este trabalho conta ainda com o seu desenvolvimento, que é dividido em três subseções: A República Popular da China, o Mercosul e a Análise das relações China – Mercosul pós 2003; por fim são apresentadas as considerações finais do autor.

A República Popular da China

A atual organização institucional do Estado chinês, sob a denominação de República Popular da China, tem sua origem com a vitória da Revolução de 1949 sob a liderança do Partido Comunista Chinês - PCCh. A experiência do PCCh enquanto gestor estatal, contudo, não inicia apenas em 1949, uma vez que desde os anos 1920 regiões relevantes do território chinês já eram administradas pelo partido. A fundação da República Popular da China foi, portanto, também um processo de unificação territorial do país sob um único governo central, de caráter socialista.

Diferente do que o senso comum e mesmo parte relevante da intelectualidade dita progressista hoje resume, o chamado período maoísta da China (1949-1978) não foi marcado pelo atraso tecnológico ou pela estagnação econômica, como advogam, ainda que a partir de análises distintas, Fairbank (1992) e Spence (1990).

Nogueira (2019), por sua vez, corrobora a tese de que o período pré reformas foi prolífico em lançar as estruturas que possibilitaram os avanços sociais e econômicas que decorrem a partir do final dos anos 1970, afirmando que:

“O legado da era maoísta parece ser um dos elementos mais superficialmente tratados pela literatura anglo-saxã, que predomina no Ocidente, sobre a trajetória de desenvolvimento recente da China. A caracterização histórica mais comum é de que o Partido Comunista Chinês (PCC), sob a liderança de Mao Tsé-tung, contribuiu para o desenvolvimento até a Revolução Comunista de 1949 – expulsando os japoneses, eliminando a possibilidade de enclaves ocidentais

remanescentes e extinguindo o autóctone regime do Kuomintang –, bem como durante a reconstrução do pós-guerra e os anos iniciais que englobam o primeiro plano quinquenal (1953-57). E teria passado, então, a uma sequência de atitudes destrutivas e políticas catastróficas como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. A emergência chinesa e seu rápido caminho “de volta ao centro” teriam, portanto, recomeçado com as quatro modernizações, lançadas pelo “pragmático” Deng Xiaoping, a partir de 1978” (NOGUEIRA: 2019, p. 2)

A China pré 1949 era uma nação eminentemente rural, cuja estrutura produtiva era essencialmente agrária e a pequena atividade industrial era formada por indústrias leves, a maioria de capital estrangeiro e concentradas em poucas cidades do nordeste ou próximas à costa, onde estrangeiros autodeclararam privilégios especiais a partir das Guerras do Ópio (1839-1942 e 1856-1960) e da ocupação japonesa (1931-1945). O imperialismo ocidental iniciado com tais conflitos e as décadas de guerra civil deixaram, em meados do século XX, a já pequena estrutura produtiva ainda mais deprimida, caos econômico nas cidades, miséria no campo e um forte sentimento nacional de humilhação (NOGUEIRA, 2019).

Dentre as primeiras medidas do governo pós Revolução de 1949, o controle do sistema bancário e fiscal possibilitaram combater a inflação e garantir influência sobre a fatia privada da economia, que era ainda existente e relevante. No período entre 1949-1952 a produção industrial e agrícola recuperou os níveis de pico do pré-guerra, com crescimento de quase 50% ao ano na produção de bens de capital e de 30% nos bens de consumo (LARDY, 1983; RISKIN, 1987).

A industrialização durante o maoísmo foi extraordinária, a produção per capita real triplicou nas três décadas entre 1952 e 1981 (LARDY, 1983) e a fatia da indústria no produto nacional saiu de 9,9% em 1952 para 34,7% em 1979 (avançaria ainda mais no período pós reformas). Tratou-se efetivamente de uma mudança de caráter estrutural da economia chinesa, realizada sob as bases maoístas.

O legado do período Mao fez que a China atravessasse sua primeira transformação estrutural, convertendo-se em uma nação industrializada, claramente nacionalista e anti-imperialista, conectando a necessidade de modernização com a

iminência da guerra. O investimento em infraestrutura e em ativos fixos já aparece ali como elemento dinâmico da acumulação, como queriam os autores pioneiros do desenvolvimento, com taxas sempre expressivamente elevadas (NOGUEIRA, 2019).

Faz-se essa breve introdução sobre a economia industrial chinesa do período anterior as reformas econômicas com o intuito de, primeiramente, desmistificar que ao longo de tais anos a China havia se mantido como um país atrasado e eminentemente agrícola, e, para a compreensão de qual foi a base estrutural sob a qual foram implantadas as reformas econômicas sob a liderança de Deng Xiaoping a partir de então.

Os equívocos cometidos através do “Grande Salto Adiante” (1958–1959) e posteriormente com a Revolução Cultural a partir de 1966, levariam a China à uma relativa estagnação econômica e tecnológica nos anos 1970. Assim, houve um paradoxo. Depois de se distinguir por décadas por sua história peculiar e seu compromisso de estimular a produção através da competição, não apenas entre indivíduos, mas também entre diferentes formas de propriedade, a China que surgiu da Revolução Cultural assemelhava-se em muito à União Soviética em seus últimos anos de existência: o princípio socialista da compensação baseado na quantidade e na qualidade do trabalho exercido foi substancialmente liquidado (LOSURDO, 2017).

O falecimento de Mao e a posterior ascensão ao poder do grupo liderado por Deng Xiaoping possibilitaria a implantação das reformas econômicas a partir de 1978 com o objetivo de dinamizar novamente a economia chinesa.

Deng Xiaoping teve o mérito histórico de entender que o socialismo nada tinha a ver com a distribuição mais ou menos igualitária de pobreza e privação. Por meio das reformas foi reintroduzido na China o modelo de coexistência de diferentes formas de propriedade (LOSURDO, 2017).

“A menos que você esteja desenvolvendo as forças produtivas e elevando o padrão de vida das pessoas, não pode dizer que está construindo o socialismo”. [...] não pode haver comunismo com pauperismo ou socialismo com pauperismo. Então, tornar-se rico não é pecado” (DENG: 1992 [2011], p. 122).

O lançamento das reformas econômicas em 1978 coincide com uma série de eventos de importância mundial: a perda de espaço econômico e político norte-

americano, a ascensão econômica alemã e japonesa, derrota militar dos EUA no Vietnã e crescente perda de influência no terceiro mundo. Fator determinante para a realização das reformas econômicas residia, também, na percepção de atraso do país em relação aos Estados Desenvolvidos ao seu redor, incluindo as duas grandes pendências históricas da China pós-1949, Hong Kong e Taiwan (JABBOUR, 2019).

Por meio das reformas que a partir de 1978 reintroduziram a milenar característica mercantil da cultura chinesa dentre outras inovações institucionais, o país iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico ainda em curso, sem, entretanto, renunciar à gestão centralizada do poder político por meio do Partido Comunista Chinês. Destarte as reformas terem permitido o surgimento de milionários e bilionários na China, a estes não foi permitida sua organização enquanto classe e ainda menos enquanto detentores do poder político ou das estruturas estatais. O Estado e o PCCh se mantiveram enquanto condutores do processo político.

Conforme Jabbour (2019) as reformas econômicas iniciaram não pelo setor industrial, mas sim pelo campo. Foram estabelecidos os “contratos de responsabilidade entre as famílias camponesas e o Estado”, através da instituição de cotas de produção a serem entregues – pelas famílias – ao Estado, seguida da permissão de comercialização do excedente produzido. Como resultado desta política, em 1984 a produção de cereais alcançou o recorde de 407,3 milhões de toneladas com aumento de 33,6% em relação à colheita de 1978 (RONG et al, 1992).

O aquecimento do setor primário da economia nos primeiros anos das reformas fora um feito com repercussões políticas e estratégicas, pouco percebidas. Difícil não relacionar o amplo respaldo das bases rurais ao regime com a manutenção e legitimação do PCCh durante o processo de dissolução da URSS, do final das experiências do Leste Europeu, e as agitações que sacudiram Pequim entre maio e junho de 1989. As reformas rurais criaram um contorno político, até o momento, incontestado ao projeto estratégico inserido nas Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional) anunciadas por Zhou Enlai em 1974, em linha direta com o “Socialismo com Características Chinesas⁴”, lançada por Deng Xiaoping no XII Congresso do PCCh, em 1982 (JABBOUR, DANTAS, 2017).

A partir da década de 1990, a China intensificaria a abertura de mercado aos seus moldes, superando em intensidade e em crescimento os anos anteriores. No fim

⁴ O termo “socialismo com características chinesas” foi mencionado pela primeira vez por Deng Xiaoping em setembro de 1982 durante o XII Congresso Nacional do PCCh

da década, a paisagem industrial tinha sido modificada graças a uma reestruturação maciça das empresas estatais. Ainda em 1996, o setor estatal era responsável pelo grosso dos postos de trabalho nas cidades. A partir de 1997, porém, os funcionários provinciais foram autorizados a dispor da maioria das estatais como bem entendessem, fechando-as, remodelando-as ou privatizando-as. Assim, por volta de 2004, os postos de trabalho nas empresas privadas representavam quase o dobro dos do setor público. Sob a política do “conservando o grande e descartando o pequeno”, o Estado não renunciou ao controle sobre aquilo que considerava os setores estratégicos da economia: energia, metalurgia, armamentos e telecomunicações (ANDERSON, 2018).

A partir da virada do século XX para XXI e economia chinesa se expandiria ainda mais, e junto dela a sua capacidade de influenciar os destinos de outras regiões do globo através de uma estratégia de *softpower* que afetaria toda a geoeconomia e geopolítica, alçando o país à condição de potência mundial a rivalizar com os EUA. Em síntese, no elemento econômico a China deixou gradativamente de ser mera replicadora de tecnologias externas e maquiladora para se colocar na vanguarda da inovação científica nos mais variados setores.

O avanço do setor privado durante todo o período pós-1978 teve contrapartida na ação estatal em outros patamares: da instalação de Zonas Econômicas Especiais à planificação do comércio exterior; da elaboração de políticas industriais que contemplariam o deslocamento da pauta de exportações de produtos intensivos em mão de obra a outra mais intensiva em capital; da formação de um poderoso sistema financeiro estatal à formação de 149 conglomerados empresariais estatais. Um amplo avanço de setor privado na economia não prescindiu da formação de um novo e poderoso setor estatal, notadamente a partir da década de 1990, pois as liberalizações na China sempre são seguidas de atuação estatal em outro patamar (PAULA; JABBOUR, 2017).

Destarte a importância das transformações institucionais favorecedoras do mercado e da descentralização das decisões de investimento, o Estado chinês preservou amplo controle sobre os investimentos na indústria pesada por meio das

empresas estatais e dos bancos públicos, ampla coordenação do processo do desenvolvimento por meio de planos quinquenais, controle sobre preços básicos e, em particular, sobre os fluxos financeiros externos (MEDEIROS, 2013).

Tais características tornaram o país único em relação aos múltiplos tipos de propriedade existentes: estatal, privada nacional ou estrangeira e cooperada para além das muitas subvariações oriundas das sociedades estabelecidas entre estas.

A transformações de ordem econômica e social da China, que são comumente divididas entre dois períodos pré e pós 1978, são muito mais complexas, sendo que no nosso entendimento a periodização proposta por Medeiros (2013) é mais apurada e condizente com a realidade concreta:

- 1949-1958: coletivização das terras;
- 1958- 1966: “grande salto” da indústria pesada;
- 1966-1978: “revolução cultural”;
- 1978- 1991: introdução do sistema de “responsabilidade familiar” e abertura externa;
- 1991-2001: aprofundamento das reformas liberalizantes, diversificação das exportações, expansão da indústria pesada;
- 2001-2009: investimento da infraestrutura e indústria pesada.

Em complemento a periodização de Medeiros (2013), compreendemos que a partir de 2009 inicia-se uma nova etapa nas transformações econômicas e sociais chinesas, ainda sob a presidência de Hu Jintao, aprofundada a partir da chega ao poder de Xi Jinping. A partir de então decorre uma lenta diminuição do crescimento do PIB chinês anos após ano, enquanto que em 2010 o crescimento foi de 10.6% em 2019 foi de 6% (WORLD BANK, 2022).

Tal diminuição do crescimento, contudo, veio acompanhada de transformações da estrutura industrial chinesa, que avançou em busca da soberania tecnológica, deixando de ser mera replicadora de tecnologia ocidental. Como resultado, desde 2018 o país tem liderado o pedido de patentes internacionais, tomando uma posição que pertencia aos EUA havia décadas (WIPO, 2022). A WIPO ainda destaca que desde 2018 a companhia chinesa Huawei Technologies lidera o posto de empresa

com maior aplicação de novas patentes, seguida Samsung Electronics da Coreia, Mitsubishi Electric do Japão, LG Electronics da Coreia e Qualcomm Inc. dos Estados Unidos. Dessa forma, esse novo período iniciado a partir de 2010 pode ser sintetizado como a busca por um crescimento qualitativo do PIB e da soberania tecnológica.

Como resultado das inovações econômicas da China nas últimas quatro décadas, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) em tal período foi de aproximadamente 9,5% a.a., ao mesmo tempo em que a renda *per capita* passou de US\$ 250 em 1980 para US\$ 10.500 em 2020. Em valores absolutos a China alcançou o posto de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos EUA, e quando analisado através da Paridade de Poder de Compra já superou este (WORLD BANK, 2021).

A partir do início do ano de 2020, com a ocorrência da pandemia da Covid-19, o modelo do “socialismo com características chineses” explicitou suas diferenças com o mundo capitalista. O poder de ação do Estado chinês no atendimento à saúde e a imposição da preservação de vidas sobre o lucro estabeleceu uma brutal diferença da China para com as demais nações do planeta (excetuando-se as outras quatro experiências socialistas que igualmente se destacaram no combate à pandemia).

Dentro dessa realidade econômica a China está virtualmente presente em todo o globo como ator protagonista das mais variadas cadeias produtivas, posicionando-se ao mesmo tempo entre os principais destinos e origens de uma infinidade de produtos negociados. Na América do Sul e mais precisamente nos países que desde 1991 estabeleçam o Mercosul tal fato não é diferente.

O Mercosul – Mercado Comum do Sul

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um projeto de integração regional conformado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual posteriormente se incorporaram a Venezuela e a Bolívia. Sua institucionalização decorre como aprofundamento do processo de integração entre Argentina e Brasil

(PICE) iniciado no ano de 1984, momento histórico redemocratização de ambos e da região como um todo.

Os primeiros anos de existência do Mercosul, que se estendem até o início dos anos 2000, são marcados, tanto na organização política como na questão econômica, pela ascensão do neoliberalismo em toda a região através de governos de orientação de centro-direita que chegam ao poder pela via democrática liberal. Reflexo de tal realidade, a implantação do bloco em tal período remeteu principalmente às questões de foro econômico e de subordinação aos países do centro do sistema capitalista, em especial aos EUA.

A partir do final dos anos 1990 se processaria uma grande mudança no perfil dos governos não apenas dos países integrantes do Mercosul, mas por toda a América Latina. Mamigonian (2006) aponta que o desastre do modelo neoliberal levaria a mobilizações, protestos e as revoltas populares, e estas se traduziram em resultados eleitorais, levando à ascensão de governos nacionalistas, entre outros, na Venezuela e na Argentina.

Para além dos casos de Argentina e Venezuela, nos anos 2000 se alastrariam pela América do Sul (e Latina como um todo) uma série de governantes eleitos sob plataformas de esquerda, conforme listados no Quadro 1. Sob a liderança – em especial, de Argentina e Brasil, através da figura dos presidentes Lula da Silva e Nestor Kirchner, o Mercosul e outras iniciativas de integração regional passaram a pautar as relações geoeconômicas e geopolíticas do subcontinente. A integração regional, impulsionada pela nova realidade política, permitiu que o bloco se ampliasse para Venezuela e Bolívia (adesão plena ainda pendente), além de agregar os demais países da América do Sul na condição de “associados”⁵, e, este passaria a priorizar as relações econômicas Sul - Sul geopolítico, com o continente africano e a Ásia, criando forte laços com a China em meio a este processo.

Quadro 1 – Governo progressistas eleitos na América do Sul desde 1999

Ano da eleição	País	Governante eleito	Período que governou
1999 / 2001 / 2006 /2012	Venezuela	Hugo Chávez	1999 – 2013
2002 / 2006	Brasil	Lula da Silva	2003 – 2010

5 Nesse período se procede a alteração do nome do bloco, excluindo-se a expressão “Cone Sul”, uma vez que houve o alargamento para outras áreas da América do Sul para além da região do “cone”.

2003	Argentina	Nestor Kirchner	2003 – 2007
2004 / 2014	Uruguai	Tabaré Vasquez	2005 – 2010 / 2015 - 2020
2005 /2009 / 2014 / 2019	Bolívia	Evo Morales	2006 – 2019
2005 / 2013	Chile	Michelle Bachelet	2006 – 2011 / 2014 – 2018
2006 / 2009 / 2012	Equador	Rafael Correa	2007 – 2017
2007 / 2011	Argentina	Cristina Kirchner	2007 – 2015
2008	Paraguai	Fernando Lugo	2008 – 2012
2009	Uruguai	Pepe Mujica	2011 – 2015
2010 / 2014	Brasil	Dilma Rousseff	2011 – 2016
2011	Peru	Ollanta Umala	2011 – 2016
2013 / 2018	Venezuela	Nicolás Maduro	2013
2017	Equador	Lenin Moreno ⁶	2017 – 2021
2019	Argentina	Alberto Fernandez	2019
2020	Bolívia	Luis Arce	2020
2021	Peru	Pedro Castillo	2021
2022	Chile	Gabriel Boric	2022

Fonte: Silveira, 2021.

Dentre os governos eleitos nesse período havia uma grande heterogeneidade programática e ideológica, desde experiências reformistas modestas, que governaram em aliança com setores conservadores da sociedade, como nos casos brasileiro e uruguaio, até experiências de caráter radical e transformador, como a Venezuela de Chávez e Maduro. Um dos principais méritos de tais administrações, no que tange a integração regional, foi buscar a convergência nos pontos que os uniam, deixando as divergências em um segundo plano de tratamento (SILVEIRA, 2021).

“Aunque a estas administraciones les faltaba una fuerte ideología común y tenían diferencias sobre muchos aspectos, compartían una

⁶ Lenin Moreno foi incluso pois foi eleito sob a plataforma e com apoio direto do seu antecessor Rafael Correa, contudo, logo após a posse abandonou todo o programa de campanha e passou a aplicar a cartilha da direita neoliberal, além de se alinhar à perseguição jurídica contra seu antigo aliado.

posición crítica sobre el neoliberalismo, y una inclinación hacia soluciones locales para problemas locales, la centralidad del Estado como promotor del desarrollo y una preferencia por la integración y la solidaridad regional, al menos a nivel del discurso. En un intento de combinar crecimiento económico con políticas sociales efectivas, estas nuevas administraciones reformularon sus políticas domésticas y exteriores, reconceptualizando también su enfoque sobre la integración regional” (GARDINI, 2011, p. 74).

O Brasil, enquanto país com maior território, economia e população da região, passou, pois, e associar o seu destino e dos seus vizinhos como uma realidade interdependente e de respeito mútuo. Para além das mudanças do Mercosul, surgem iniciativas como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Com a expansão do Mercosul, a criação da Unasul e do Conselho Sul-americano de Defesa reduziu-se a importância do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Junta Interamericana de Defesa, criados e sustentados com auspícios dos Estados Unidos (ARROYO, 2015; FIORI, 2014). O novo Mercosul era, pois, parte integrante de um processo maior de mudança de perfil da integração regional, conforme expresso pelo então presidente do Brasil, em 2006:

“O Mercosul tem diante de si o desafio de reinventar-se e atender às expectativas de todos os seus membros. Temos de desenhar mecanismos que equacionem em definitivo as assimetrias, inclusive com o aporte de novos recursos. Precisamos encarar de frente as questões relativas ao fortalecimento institucional e à implementação, em cada um de nossos países, das decisões e acordos que tomamos no bloco. Esta nova etapa do Mercosul que estamos iniciando exigirá que suas instituições estejam à altura de nossas ambições (...) Mais Mercosul significa, necessariamente, mais institucionalidade” (LULA DA SILVA, 2006, p. 3).

Fator contributivo adicional foi uma ação menos explícita e intensiva dos EUA na região durante a primeira década do século XXI (governo de George W. Bush), uma vez que pelo viés econômico tal governo não era grande entusiasta da liberalização globalizante (o que contribuiu para o enterro do projeto da ALCA), e, no

viés geopolítico estava com suas atenções centradas para o continente asiático, como as invasões do Afeganistão e do Iraque (SILVEIRA, 2021).

O momento que marca o ponto de viragem do “período de crise” para o novo Mercosul é encontro presidencial (entre Kirchner e Lula da Silva) em outubro de 2003 em que se estabelece o “Consenso de Buenos Aires”, cuja nomenclatura foi escolhida não ao acaso, mas sim para se contrapor ao Consenso de Washington. O Consenso de Buenos Aires salientou o compromisso de Argentina e Brasil em “intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social” (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003). De igual forma, na Cúpula do Mercosul realizada em Assunção em dezembro 2003, foi aprovado “O Programa para a Consolidação da União Aduaneira Objetivo 2006”. Esse programa estabeleceu que antigos temas comerciais fizessem doravante parte de uma agenda mais larga, que deveria abranger quatro programas, alguns deles relacionados a temas sociais e produtivos (BOUZAS, 2013). Esta Cúpula foi a primeira com a participação dos presidentes Lula da Silva e Nestor Kirchner, e, em conjunto com o encontro bilateral que produziu o Consenso de Buenos Aires, figura como um momento chave de mudança da orientação e organização do bloco, onde foi aprovado o “Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006”, que previam uma séria de ações e inovações institucionais.

Outro marco importante do processo de alteração da integração regional foi a realização, no ano de 2004, da III Reunião dos presidentes sul-americanos, encontro que culminou com a elaboração de novos mecanismos para o continente. Foi neste mesmo ano que lançaram a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que constituiria em um ideal de integração não tão atrelado à economia, mas sim às questões políticas, culturais e sociais (MARIANO, 2012). A CASA em 2008 tornou-se União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), apoiada pelo governo brasileiro, que, em suas diretrizes externas afirmavam a necessidade de modificar os mecanismos institucionais existentes na região, fortalecendo-os e obtendo maior comprometimento dos países sul-americanos na efetivação da cooperação regional, sem deixar de lado

a autonomia dos países no processo, sendo que os Estados seriam os atores centrais da dinâmica (NEVES, 2019).

O período temporal de 2003 a 2016 é marcado por uma série de inovações de ordem institucionais no Mercosul, que visavam possibilitar a aplicação das novas políticas de integração nascidas da mudança do perfil político-ideológico dos seus Estados membros. O discurso presidencial de Lula da Silva, não foi mera retórica política, uma série de alterações institucionais se processaram em tal período (SILVEIRA, 2021).

No campo macroeconômico, as políticas implantadas pelos diversos governos de esquerda apresentavam uma série de similaridades, mas também um conjunto de contradições. Para Gonçalves (2017) a América Latina, no início do século XXI, adotou diferentes modelos de desenvolvimento econômico, “alegorias antiliberais e pós-liberais convivem com enredos liberais e vice-versa. É, naturalmente, um erro analítico identificar antiliberalismo ou pós-liberalismo em países que mantém elevado grau de liberalização econômica, independentemente do ativismo das políticas públicas”. Coexistiram, pois “modelos econômicos liberais com políticas sociais paliativas, inclusive, aquelas focalizadas na desigualdade e na pobreza” (GONÇALVES, 2017).

Tal análise pode ser facilmente aplicada ao Mercosul deste período, dadas as diferentes formas de gestão econômica interna em cada um dos seus Estados, em especial após a adesão plena da Venezuela ao bloco (2012), que praticava uma política econômica divergente das dos demais membros. Também a experiência paraguaia é digna de registro, uma vez que dos países do bloco foi o que por menos tempo conviveu com um governo de orientação progressista (2009-2012). Todos os demais países experimentaram gestões progressistas por um período de no mínimo 12 anos (SILVEIRA, 2021).

Uma crítica necessária ao processo de reordenamento do Mercosul é que, destarte estes terem sido legalmente institucionalizados a luz do direito público internacional, grande parte destes avanços se deu mais na retórica do que na prática, uma vez que os governos deste período optaram pela manutenção do modelo

intergovernamental, baseado em especial na diplomacia presidencial e na grande popularidade dos líderes da época.

Mesmo sem mudanças estruturais é inegável que do ponto de vista econômico região apresentou uma melhora dos índices anteriores que se traduziu na aceleração do crescimento associado a uma melhor distribuição de renda e uma redução da pobreza (ESPÍNDOLA, 2019). Igualmente o processo de integração pelos variados organismos existentes para além do Mercosul, se não foi revolucionário, teve um avanço significativo e até então inédito, que possibilitou superar a mera busca por acordos comerciais e tarifários dos períodos anteriores e realizar um mínimo planejamento de desenvolvimento econômico, social e diplomático conjunto de longo alcance.

Em paralelo aos fatores econômicos internos, a conjuntura externa foi igualmente favorável ao desenvolvimento econômico dos países da região. A participação das exportações da América Latina e Caribe no comércio mundial passaram de 2,61% em 2000 para 3,61% em 2007. As taxas anuais das exportações cresceram acima dos 5% (CEPAL, 2017). Ainda segundo a CEPAL (2017) a proporção de pobres na América Latina caiu de 43,9% em 2002 para 29,4% em 2011 e a de indigentes de 19,3% para 11,5% no mesmo período, evidenciando que o crescimento econômico veio acompanhado de medidas internas que visavam o estabelecimento de uma espécie de Estado de bem-estar social. De acordo com Tsounta e Osueke (2014), enquanto, no conjunto de países desenvolvidos e em quase todas as outras regiões subdesenvolvidas, houve aumento da desigualdade de renda nos anos 2000, em todos os países da América do Sul analisados, houve redução do índice de Gini (Guiana e Suriname não foram pesquisados).

Fator que igualmente não pode ser ignorado no *boom* econômico da região nos anos 2000 foi a definitiva ascensão da China enquanto potência mundial. Enquanto a participação da agricultura na pauta exportadora dos países da América Latina para a China foi de 31% entre 2009-2013, as exportações de produtos oriundos da extração foram de 56%, no mesmo período (CEPAL, 2017). Segundo a CEPAL (2017) a elevada demanda da China e de outras economias emergentes fizeram que, desde o

início dos anos 2000, os preços dos produtos básicos exportados pela região, tivessem um acentuado aumento, particularmente no caso dos minérios e metais. As empresas estatais chinesas de produção de petróleo como a China Nacional Petróleo Corporation (CNPC), China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e Sinochem, realizaram vultosos investimentos na Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. Na mineração, os investimentos chineses estão concentrados no Peru (ESPÍNDOLA, 2019). O principal interesse dos chineses na América do Sul se focava nos recursos naturais e minerais, mas sua participação nas licitações dos governos locais cresceu de forma agressiva avançando para o setor dos serviços públicos e infraestrutura (FIORI, 2011).

O cenário político e econômico, contudo, passaria a se alterar a partir da segunda metade da década de 2010. Em 2012, o congresso paraguaio, dominado pela oposição de direita ao presidente Fernando Lugo, cassa seu mandato em um processo suspostamente institucionalizado, que durou menos de 48 horas. O país seria então excluído do Mercosul por quebra da cláusula democrática e somente retornaria ao bloco anos depois com a realização de eleições. Na Argentina há uma mudança da orientação ideológica do governo pela via eleitoral, nas eleições de novembro de 2015 a direita neoliberal vence, com pequena margem de votos, através de Mauricio Macri e promove uma mudança nas políticas de integração com seus parceiros de bloco (SILVEIRA, 2021).

O modelo de golpe utilizado no Paraguai seria logo repetido para o Brasil, através da deposição da presidenta Dilma Rousseff (2016), o novo governo, de orientação conservadora e alinhado aos ditames de Washington, rapidamente articulou com Argentina e Paraguai para suspender a Venezuela do bloco.

Com as mudanças de governo nos dois maiores sócios do Mercosul se estabelece uma nova conjuntura e outras prioridades. Para além da suspensão ilegal da Venezuela do bloco, este passa novamente a se orientar para as relações com os países centrais do sistema, a formalização de um acordo flagrantemente nocivo de livre comércio com a União Europeia, em junho de 2019, é um exemplo contumaz de tal realidade. A volta da agenda neoliberal em parte relevante dos governos da região

tem contribuído para o esfriamento das relações Sul - Sul e o enfraquecimento do Mercosul enquanto instituição voltada ao desenvolvimento autônomo dos seus Estados partes e associados. A eleição do progressista Alberto Fernandez na Argentina, tendo como vice a antiga presidenta Cristina Kirchner, em outubro de 2019, trouxe um contraponto ao Brasil, traduzindo-se em uma paralisia institucional do bloco dadas as divergências conceituais de mundo de ambos.

Sob o aspecto político, o bloco teve um relativo sucesso em promover a aproximação entre os seus Estados membros, sobretudo no período 2003 - 2015, contudo, com a primazia dada à intergovernalidade do bloco, as alterações nos governos na região decorridas a partir de 2015 tiveram como consequência o esfriamento das relações interestatais. No espectro econômico, igualmente o bloco promoveu avanços nas trocas comerciais entre seus membros, que figuram entre os seus principais parceiros econômicos desde então.

O principal destino que contribuiu para o crescimento das exportações extrabloco ao longo das últimas duas décadas foi a China, que igualmente se posicionou como o principal fornecedor de uma variedade de produtos ao Mercosul e avançou ainda como concessionário de uma série de serviços públicos na área de logística e energia em especial.

As relações geoeconômicas China – Mercosul pós 2003

Nas últimas duas décadas a China se consolidou como o principal parceiro econômico de países e blocos por todos os continentes do mundo, posicionando-se para além disso como o principal ou um dos principais investidores estrangeiros, incluso o Mercosul. Ao longo desse período, contudo, houve alterações nos objetivos setoriais de tais investimentos bem como no perfil dos produtos importados e exportados, em virtude das próprias políticas de planejamento do Estado chinês.

Como exemplo de tais investimentos, para nos concentrarmos apenas no caso brasileiro, entre 2007 e 2020 empresas chinesas efetivaram 176 empreendimentos no Brasil, com aportes que somam aproximadamente US\$ 66 bilhões. Até 2020, o Brasil

recebeu 47% dos investimentos chineses na América do Sul (RED ALC-CHINA, 2022).

Dos investimentos confirmados entre 2007 e 2020 na América do Sul, 48% foram direcionados ao setor de energia elétrica, seguido por extração de petróleo e gás (28%), extração de minerais metálicos (7%), indústria manufatureira (6%), obras de infraestrutura (5%), agricultura, pecuária e serviços relacionados (3%) e atividades de serviços financeiros (2%). Na região há 16 estatais centrais chinesas com investimentos ativos, são empresas estratégicas para o governo chinês e subordinadas ao Conselho de Estado. Essas estatais centrais respondem aproximadamente 80% do valor do estoque de investimentos chineses e por 40% do número de projetos. Esse alto percentual é explicado pela forte presença de investimentos nos setores de energia elétrica e extração de petróleo, áreas sobre controle Estatal direto ou indireto (CARIELLO, 2021).

De forma geral, os investimentos chineses no Mercosul (e na América Latina como um todo) mudaram de perfil a partir da década de 2010. Até 2010 estes estavam centralizados em commodities, especialmente extração de minério, petróleo e agricultura, que concentrava mais de 80% do investido. A partir desse momento há uma priorização para outros setores produtivos, como a geração de energia elétrica e indústria manufatureira (ROSITO, 2020). Para além destes setores, o setor financeiro também se tornou alvo de grandes bancos chineses, como Bank of China, ICBC, Bank of Communications e China Construction Bank.

O avanço dos investimentos chineses no Mercosul faz parte uma agenda mais ampla de investimentos estrangeiros colocada em prática pela China a partir de início deste século. Em 2001, em paralelo à entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), o então primeiro-ministro Zhu Rongji declarou, na Quarta Sessão da Nona Assembleia Popular Nacional (2001), que o governo deveria implementar uma estratégia de “going outside”, encorajando empresas com vantagens comparativas a investir no exterior com objetivo de explorar recursos naturais com parceiros locais, participar de projetos de engenharia e aumentar a presença da mão de obra chinesa em âmbito internacional. A liderança chinesa também buscava criar

condições favoráveis para que as empresas nacionais pudessem estabelecer operações no exterior, ao mesmo tempo que reconhecia a necessidade de fortalecer a supervisão sobre esses investimentos de forma a evitar a perda de ativos estatais (CARIELLO, 2021).

Os aportes chineses no exterior seguiram em contínuo crescimento. Entre 2003 e 2015, o valor dos investimentos não financeiros aumentou por 13 anos consecutivos, com média de expansão anual de 33,6%. Gradualmente, as motivações para a saída de capital começaram a se diversificar, passando a focar também na procura por novos mercados consumidores – incluindo o aumento das linhas de produção no exterior e a aquisição de marcas competitivas – e a obtenção de novas tecnologias (MOFCOM, 2012).

A grande crise do sistema capitalista de 2008-2009 abriu uma janela de oportunidade para a China. Com os países do centro do sistema em depressão ou estagnação econômica, a China pode se posicionar definitivamente como uma potência econômica, ascendendo à posição de principal parceira comercial de países por todos os continentes e ampliando seu processo de inserção internacional, seja, pela via das trocas comerciais ou pelos investimentos produtivos.

Com a eleição de Xi Jinping para a presidência da China, a partir de 2013 se avança em uma nova agenda macroeconômica no país, tanto no plano doméstico como no exterior. Há a ascensão do projeto Belt and Road Initiative (BRI), também conhecido como a “novas Rotas da Seda”, uma proposta que busca a ampliação da interconexão global via investimentos, financiamentos e contratos de construção em setores que passam por infraestrutura, logística, comunicações, dentre outros. Até janeiro de 2021, cerca de 140 países já haviam assinado memorandos de entendimento para participar da iniciativa, que abarca nações da África Subsaariana, Europa e Ásia Central, Ásia Oriental e Pacífico, Oriente Médio, Norte da África, América Latina e Caribe e Sudeste Asiático (NEDOPIL, 2021).

Registro importante é que Argentina e Brasil, as duas principais economias do bloco, acabaram por ficar à margem da inserção do projeto Belt and Road Initiative, especialmente por conta das opções políticas dos governos que assumiram entre

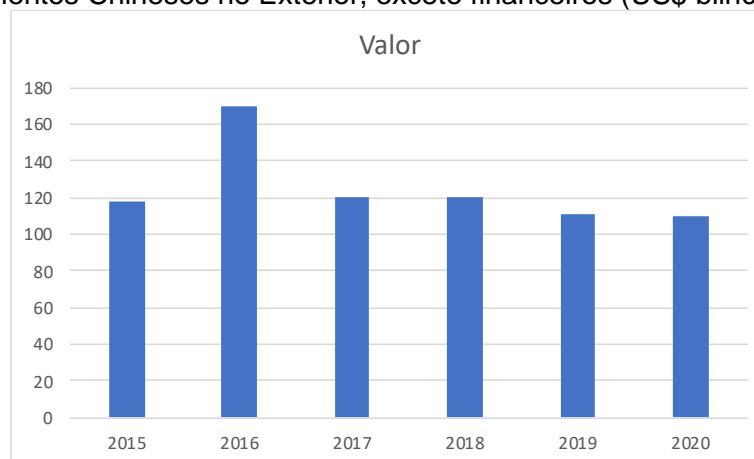
2015 e 2016, que preferiram voltar a priorizar as relações econômico-políticas com o norte geopolítico. Tal fato evidencia-se de forma absolutamente incontestante a partir do retorno do peronismo progressista na Argentina com a eleição de Alberto Fernández, que rapidamente tratou de buscar a inclusão do seu país no projeto, em oposição ao período de gestão do ex-presidente Mauricio Macri.

Na sequência de anos de crescimento acelerado, os investimentos não financeiros chineses no exterior bateram um recorde histórico em 2016, com aportes que somaram aproximadamente US\$ 170 bilhões, foi o primeiro ano que o fluxo de investimentos da China no exterior superou a entrada de aportes de origem externa no país (MOFCOM, 2012).

O momento de euforia que levou ao pico de investimentos chineses no exterior em 2016 gerou preocupações entre as autoridades do país, que perceberam uma grande fuga de capitais em empreendimentos de risco, os chamados “investimentos irracionais”. Dessa forma foi estabelecido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma um marco regulatório para classificar e aprovar os investimentos no exterior em três grupos: investimentos encorajados pelo governo; investimentos com restrições; e, setores proibidos (HUANG; LE, 2018).

Tal marco regulatório levou a uma queda dos investimentos chineses no exterior em 2017, que retornariam ao nível de 2015, conforme pode ser constatado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Investimentos Chineses no Exterior, exceto financeiros (US\$ bilhões)



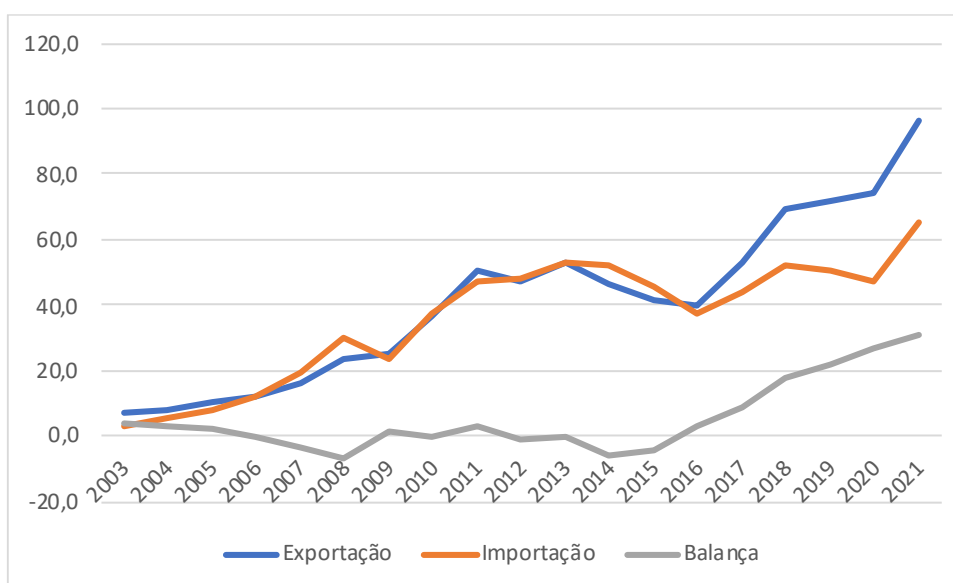
Fonte: MOFCOM, 2022. Elaborado pelo autor.

A partir desse novo marco regulatório há uma leve queda dos investimentos chineses no exterior a partir do ano de 2017, mas que não podem ser atribuídos exclusivamente à tal regramento. Há uma série de eventos que decorrem desde então: a guerra comercial entre EUA e China iniciado pelo ex-presidente Donald Trump, a pandemia do Covid-19 e por fim a operação especial militar da Rússia na Ucrânia.

Os investimentos na Belt and Road Initiative foram, contudo, uma das exceções à regra. De acordo Ministério do Comércio da China (2022) os aportes não financeiros na nova Rota da Seda cresceram 18,3% entre 2019 e 2020, respondendo por 16,2% dos investimentos da China no exterior naquele ano, que foi o período de maior estagnação econômica em virtude da Covid-19.

Relativamente ao comércio bilateral China – Mercosul, tal qual os investimentos, foram crescentes desde o início do século XX. No ano de 2003, quando a China havia ainda recém entrado na OMC e o Mercosul passava pelo processo inicial de reconfiguração política, a China era um parceiro econômico de importância mediana. Naquele ano as exportações do bloco para a China atingiram aproximadamente US\$ 7.1 bilhões, representando 7,6% das exportações extrabloco, atrás do então dominante EUA como principal destino das vendas mercosulinas. No mesmo ano, as importações foram da ordem de aproximadamente US\$ 3.1 bilhões, representando apenas 6% das compras extrabloco e posicionando o país atrás dos EUA e Alemanha.

Ao longo do período 2003 – 2012, que coincide com o período de hegemonia dos governos progressistas no Mercosul e na América Latina na sua generalidade, o comércio bilateral China – Mercosul foi crescente, conforme demonstrado no Gráfico 2. Nesse período temporal, que se ressalte, é prévio a chegada de Xi Jinping à liderança chinesa, as trocas entre China e Mercosul atingiram US\$ 130 bilhões, crescendo a uma taxa anualizada de 31% entre 2001 e 2012.

Gráfico 2 - Comercio bilateral entre China e Mercosul, 2003 - 2021 (US\$ bilhões)

Fonte: MERCOSUL, 2022, elaborado pelo autor.

Há determinados pontos que devem ser destacados: no ano de 2005 a China tomou a posição que historicamente era da Alemanha de segundo maior mercado de destino das exportações extrabloco, se consolidando na segunda posição de principal parceiro do bloco, atrás apenas dos EUA. No ano de 2009, as exportações do Mercosul para a China chegariam à ordem de US\$ 25 bilhões, representando 13,6% das vendas extrabloco, suplantando os EUA enquanto principal destino. No ano seguinte a China ultrapassaria os EUA também como principal fornecedor do bloco, ao alcançar a soma de US\$ 37 bilhões vendidos para o bloco, que representaram 17,5% do total daquele ano. A partir desse ponto até os dias atuais a China consolidou e ampliou sua participação como principal parceiro comercial do Mercosul ano após ano.

A partir do ano de 2012, salvo o período entre 2014 e 2016, as trocas comerciais entre China e Mercosul foram crescentes em números absolutos e relativos. No ano de 2012, já consolidada como principal parceiro comercial do bloco, a China era o mercado destino de 16,4% das vendas extrabloco, ao passo que detinha 18,2% das importações realizadas pelo Mercosul. Mesmo no período entre 2014 e

2016, quando há uma queda dos valores absolutos negociados entre a China e o bloco, o percentual da participação chinesa foi crescente, atingindo 21,8% das vendas e 18,6% das compras.

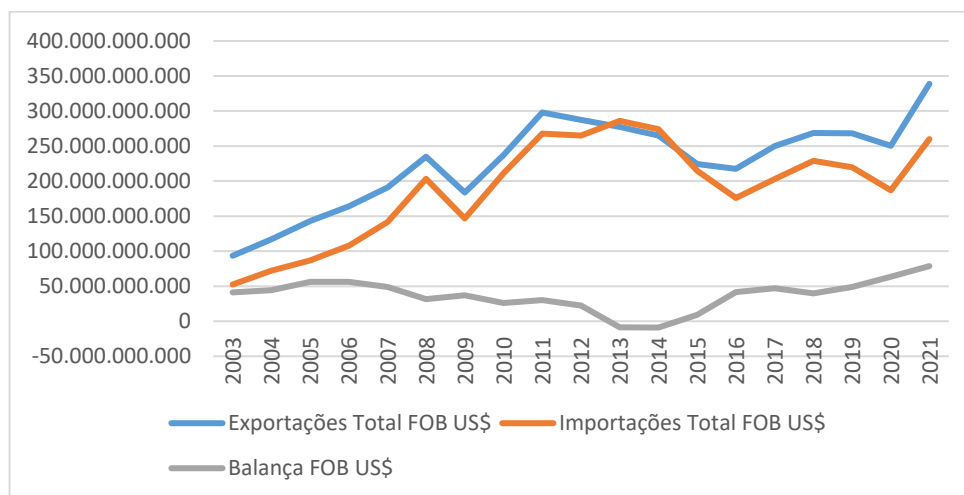
No ano de 2017 o comércio bilateral chegou próximo de alcançar a marca dos US\$ 100 bilhões, conforme também consta no Gráfico II. Naquele ano as importações mercosulinas oriundas da China foram da ordem de 44.36 bilhões, representando aproximadamente 22% do comércio extrabloco. No mesmo ano o Mercosul exportou para a China US\$ 53.34 bilhões, ou 21,3% do total das exportações do bloco.

Os anos de 2016 e 2017 também foram os de consolidação de uma balança comercial crescentemente positiva do bloco nas suas transações com a China, dados estes destacados também no Gráfico II. Ao passo que entre 2003 e 2015 decorreram pequenas oscilações da balança comercial, ora levemente positiva e outros momentos levemente negativa, a partir de 2016 se verifica em todos os anos um saldo positivo crescente em favor do Mercosul.

No ano de 2021 o comércio bilateral ultrapassou os US\$ 160 bilhões, valor superior ao de todo o período 2003 – 2012. Neste ano, as importações mercosulinas oriundas da China foram da ordem de 65.48 bilhões, representando aproximadamente 25% do comércio extrabloco. No mesmo ano o Mercosul exportou para a China US\$ 96.69 bilhões, ou 28,5% do total das exportações do bloco.

Realizando uma análise geral do crescimento desde o ano de 2012, a participação chinesa nas compras do bloco quase dobrou, passando de 16,4% para 28,50%. Relativamente as importações do Mercosul oriundas da China o crescimento proporcional foi de 18,2% para 25,2% do total de compras extrabloco.

Retornado à questão do crescente saldo comercial positivo para o Mercosul nas trocas comerciais, é importante realizar uma análise mais ampla, detalhada no Gráfico 3. Ao longo do período em tela, somente nos anos de 2013 e 2014 – período de grande retração no mercado de commodities e início de uma longa crise política no Brasil, a balança comercial do Mercosul foi negativa. Em todos os demais anos – inclusive o de 2020 no momento mais delicado da pandemia de Covid-19, o bloco gerou excedentes nas suas trocas com o restante do mundo.

Gráfico 3 – Exportações e importações totais do Mercosul - extrabloco (2003 – 2021, US\$)

Fonte: MERCOSUL, 2022, elaborado pelo autor.

Por fim, embora o objetivo deste trabalho não seja analisar as relações detalhadas dos Estados membros do Mercosul com a China, é oportuno registrar uma breve abordagem do posicionamento da China enquanto parceiro comercial de cada um dos integrantes do bloco, conforme demonstrado no Quadro II, que traz os três primeiros parceiros comerciais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Note-se que há uma clara disputa entre Brasil e China pela posição de primeiro parceiro junto aos demais outros três integrantes do Mercosul. Em relação ao próprio Brasil, em 2009 a China tomou a posição de principal parceira deste, que era dos EUA desde o ano de 1930.

A Argentina, embora em termos relativos e absolutos seja menor economicamente à Brasil, China e EUA, consegue se manter entre em posição de destaque nas trocas comerciais com os demais membros do bloco. Dos integrantes do bloco, há ainda uma observação sobre o destino das importações paraguaias, onde a China sequer figura entre os dez primeiros parceiros.

Em síntese, o Quadro 2 corrobora os demais números apresentados anteriormente sobre a importância, ou mesmo a dependência em que se coloca a

economia do Mercosul em relação à China, tanto enquanto bloco como dos seus países separadamente.

Quadro 2 – Principais parceiros comerciais dos Estados membros do Mercosul (2020)

Posição	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai	
	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações
1	China	Brasil	China	China	China	Brasil	Brasil	China
2	Brasil	China	EUA	EUA	Brasil	Argentina	China	Brasil
3	EUA	EUA	Argentina	Argentina	Argentina	Chile	Argentina	EUA

Fonte: Mercosul, 2022. Elaborado pelo autor.

Por outro lado, a recíproca não é verdadeira na mesma intensidade, embora o bloco tenha avançado consideravelmente em termos percentuais e absolutos na sua participação no mercado chinês.

De acordo com o World Bank (2022) em 2003 o Mercosul exportou aproximadamente US\$ 7.1 bilhões à China, se posicionando na época como o 12º maior fornecedor ao país, obtendo em torno de 2,1% do mercado chinês. Nesse mesmo ano, com compras oriundas da China no valor de aproximadamente US\$ 3.1 bilhões, o bloco foi apenas o 24º maior comprador, sendo o destino de apenas 0.65% do total exportado pelo país.

No ano de 2021, quando o Mercosul exportou aproximadamente US\$ 97 bilhões à China, o bloco se perfilou como o 8º maior fornecedor ao país, obtendo em torno de 4,3% do mercado chinês. Nesse mesmo ano, com compras oriundas da China no montante de aproximadamente US\$ 66 bilhões, o bloco foi o 12º maior comprador, com algo em torno de 2,2% do total negociado.

Percebe-se, portanto, que há um notável avanço do Mercosul enquanto parceiro econômico da China no período em tela, quando mais do que dobrou sua participação nas exportações para o país e mais que triplicou as importações, embora ainda com percentuais modestos quando analisada a totalidade do mercado chinês.

Considerações finais

Argumentou-se sobre o extraordinário processo de transformação econômica e social que a República Popular da China desenvolve desde sua revolução socialista de 1949, processo esse que a elevou de um país semifeudal à disputa pela condição de primeira economia mundial. Note-se que em paralelo ao desenvolvimento econômico, o país teve a capacidade de retirar toda sua população da linha da pobreza extrema, conformando ainda uma classe média composta por mais 500 milhões de pessoas.

Restou demonstrado ainda que no decurso de tal processo a liderança chinesa teve a capacidade de se renovar institucionalmente frente aos desafios internos e externos que lhe foram colocados, para, a partir da virada do século XXI se posicionar definitivamente como uma potência global, ampliando sua área de influência para muito além do continente asiático, rivalizando com os EUA em regiões que historicamente eram sua área de ação econômica, sabidamente a América Latina na sua generalidade e o Mercosul mais especificamente aqui abordado.

Demonstrou-se que o Mercosul sofreu uma profunda transformação a partir do início do século XXI, originada por um conjunto de fatores: a eleição de governos de progressistas com agenda integracionista; conjuntura econômica externa favorecendo as exportações de produtos da região; conjuntura econômica interna de diminuição das desigualdades e aumento do poder de compra das classes trabalhadoras; ação indutora do Estado na economia; e, por fim a ascensão da China enquanto potência global.

Sintetizou-se que apesar de pontuais altos e baixos em termos numéricos, os investimentos chineses no Mercosul foram crescentes e consistentes no período analisado, e, que a partir do projeto BRI se abre uma nova janela de oportunidades para parcerias produtivas entre o bloco e a China.

Relativamente a análise das trocas comerciais, findou comprovado que a China desde 2003 gradativamente aumentou sua participação nas negociações com bloco,

e, que a partir da crise capitalista de 2008 / 2009 suplantou definitivamente os EUA da posição que este ocupava há quase um século.

Por fim, é necessário destacar que embora o Mercosul se profile entre os primeiros doze parceiros comerciais da China, em termos relativos é grande a disparidade da penetração chinesa do Mercosul em face da abrangência mercosulina no mercado chinês.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. D. S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2011.
- ANDERSON, P. **Dois revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARROYO, M. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 19, n. jan/dez. 2015, p. 16-23, 2015. Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXIX_1/agb_xix1_versao_internet/Revista_AGB_dez2015-02.pdf . Acesso em: 30 mai. 2022.
- CARIELLO, T. Crescimento econômico qualitativo, inovação e meio ambiente estarão no centro do desenvolvimento chinês entre 2021 e 2025. **Conselho Empresarial Brasil - China**. CEBC Alerta, ed. 137, mar. 2021.
- CEPAL. Estudo econômico da América Latina e do Caribe. Documento Informativo. Santiago, [2017].
- DENG X. **1992–1995. Selected Works**. Beijing: Foreign Languages Press, Ferguson, 2011.
- ESPÍNDOLA, C. J. Considerações sobre os determinantes do desenvolvimento econômico da América Latina: dos anos de 1980 ao início do século XXI. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, v. 16, p. 28 - 42, 2019.
- FAIRBANK, J. K. **China: A new history**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1992.
- FIORI, J. L. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**, Brasília, v. 42, 34 p., 2011.
- FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GARDINI, G. “Sur-realismo” o “surrealism”? 20 años del Mercosur. *In*: BRICEÑO RUIZ, J. **El Mercosur y las complejidades de la integración regional**. Buenos Aires: Teseo, 2011.
- GONÇALVES, R. Liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina no século XXI: Os modelos de desenvolvimento econômico fazem alguma diferença? **Texto para Discussão UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 01, 2017.

- JABBOUR, E. A.. **China Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2019.
- JABBOUR, E.A.; DANTAS, A. The Political Economy of Reforms and the Chinese Present Transition. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 4 (149), p. 789-807, October-December, 2017.
- LARDY, N. **Agriculture in China's Modern Economic Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LOSURDO, D. Has China Turned to Capitalism?—Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism. **International Critical Thought**, v. 7, mar. 2017.
- LULA DA SILVA, L. I. Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil. In: **XXX CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL**, Córdoba, 2006. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br/discurso> . Acesso em 2 jun. 2022.
- MADDISON, A. **Chinese Economic Performance in the Long-Run**. Paris: OECD Development Centre, 1998.
- MAMIGONIAN, A. Qual o futuro da América Latina? In: LEMONS, A. I. G; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2006.
- MARIANO, K. P.; BACK, A. G. Parlamento do Mercosul: Mudança ou Continuidade? **BJIR**, Marília, v.1, n.1, p. 39-59, Jan/Abr. 2012.
- MERCOSUL . **O Mercosul**. Assunção, (20220). Disponível em <https://www.mercosur.int> . Acesso em: 19 mai. 2022.
- MERCOSUL. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior**. Assunção, (2022). Disponível em <https://estadisticas.mercosur.int> . Acesso em: 20 jun. 2022.
- MEDEIROS, C. A. **Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa**. In: Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v. 2.
- MINISTRYOF COMMERCE, PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. MOFCOM **Department Official of Outward Investment and Economic Cooperation** . Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/> . Acesso em: 10 jun. 2022.
- NEDOPILO W. C. China's Investments in the Belt and Road Initiative (BRI) in 2020. **Green BRI Center, International Institute of Green Finance (IIGF)**, Pequim, jan. 2021. Disponível em: <https://green-bri.org/wp-content/uploads/2021/01/China-BRI-Investment-Report-2020.pdf> . Acesso em: 29 mai. 2022.
- NEVES, B. C. Multilateralismo e a Política Externa Brasileira, retórica? A atuação brasileira na América do Sul de 2000 a 2016. **Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP**, Rio Claro, v. 2 n. 3, 2019.

NOGUEIRA, I. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 27-51.

PAULA, L. F.; JABBOUR, E. A China e seu catching up: uma análise desenvolvimentista clássica. In: Prêmio ABDE-BID, Edição 2016 (coletânea de trabalhos). Rio de Janeiro: ABDE-BID, 2017.

RED ALC-CHINA. Cuadros estadísticos de la OFDI de China. Disponível em: <http://www.redalc-china.org/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

RISKIN, C. **China's Political Economy: The Quest for Development since 1949**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RONG, ZHOU et al. **Agriculture in Contemporary China**. Beijing: Contemporary China Press, 1992.

OSITO, T. Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China. **Conselho Empresarial Brasil-China**, out. 2020. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2020/11/26/bases-para-uma-estrategia-de-longo-prazo-do-brasil-para-a-china/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

SILVEIRA, R. B. **Parlamento do Mercosul: gênese, avanços e recuos e a influência na superestrutura do Mercosul**. 2021. 416 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SPENCE, J. D. **The Search for Modern China**. New York: Norton, 1990.

TSOUNTA, E.; OSUEKE, A. I. What is Behind Latin America's Declining Income Inequality? **IMF Working Paper**, Washington, p. 14/124, jul. 2014.

WORLD BANK. Databank: World Development Indicators. Washington, DC, [2021]. Disponível em <https://databank.worldbank.org>. Acesso em: 18 mai. 2022.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY. Geneva, , [2022]. Disponível em <https://www3.wipo.int/contact/en/>. Acesso em: 5 out. 2022.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Rafael Bernardo Silveira – Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 22-06-2022

Aprovado em: 04-11-2022